

**ARN Comercializadora de Energia
Ltda.**



**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2025 e relatório dos
auditores independentes**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
ARN Comercializadora de Energia Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ARN Comercializadora de Energia Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 8 de abril de 2025, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International*



ARN Comercializadora de Energia Ltda.

Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.



ARN Comercializadora de Energia Ltda.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior
Contador CRC 1BA018245/O-1

Índice

Demonstrações financeiras individuais

Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Balanco patrimonial	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1	Considerações gerais.....	8
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	9
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB.....	10
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	11
5	Receita.....	12
6	Custos e despesas.....	13
7	Resultado financeiro líquido	13
8	Caixa e equivalentes de caixa	13
9	Aplicações financeiras	14
10	Tributos a recuperar	14
11	Contas a receber de clientes	14
12	Fornecedores.....	15
13	Partes relacionadas	15
14	Imposto de renda e contribuição social	16
15	Patrimônio líquido.....	16
16	Instrumentos financeiros e gestão de risco	17

ARN Comercializadora de Energia Ltda.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Receita líquida	5	48.587	891.273
Custo com energia elétrica	6	(37.473)	(907.401)
Custo com operação	6	(1)	(1.578)
Lucro (prejuízo) bruto		11.113	(17.706)
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	6	(61)	(124)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	6	14.975	(26.993)
		14.914	(27.117)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		26.027	(44.823)
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras	7	3.407	1.919
Despesas financeiras		(34)	(32)
		3.373	1.887
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		29.400	(42.936)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	14	(3.409)	-
Diferidos	14	(13.259)	17.958
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		12.732	(24.978)

ARN Comercializadora de Energia Ltda.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	12.732	(24.978)
Resultado abrangente do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	12.732	(24.978)

ARN Comercializadora de Energia Ltda.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		29.400	(42.936)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Instrumentos financeiros derivativos	6	(14.975)	26.992
		14.425	(15.944)
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Contas a receber de clientes		96.552	(25.257)
Tributos a recuperar		(8.888)	(5.448)
Partes relacionadas		-	(23.843)
Demais créditos e outros ativos		-	(302)
Acrécimo (decrécimo) em passivos			
Fornecedores		(83.045)	56.655
Tributos a recolher		(2.152)	680
Partes relacionadas		-	(19.141)
Demais obrigações e outros passivos		8	-
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		16.900	(32.600)
Imposto de renda e contribuição social (pagos)		(2.993)	(31)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		13.907	(32.631)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		(1.429)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(1.429)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Redução (aumento) de capital	1.1.1 (a)	(20.000)	35.000
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(20.000)	35.000
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa		(7.522)	2.369
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		14.239	11.870
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		6.717	14.239

ARN Comercializadora de Energia Ltda.
Balço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	6.717	14.239
Aplicações financeiras	9	1.429	-
Contratos futuros de energia	1.1.2 (b)	-	196.335
Contas a receber de clientes	11	-	59.319
Tributos a recuperar	10	-	5.635
Partes relacionadas	13	-	37.233
		8.146	312.761
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	10	15.766	1.243
Imposto de renda e contribuição social diferidos		718	13.977
Contratos futuros de energia	1.1.2 (b)	-	46.120
		16.484	61.340
		-	-
		-	-
Total do ativo		24.630	374.101
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	12	-	73.612
Contratos futuros de energia	1.1.2 (b)	-	208.825
Tributos a recolher		-	1.736
Partes relacionadas	13	-	9.433
Outros passivos		8	-
		8	293.606
Não circulante			
Contratos futuros de energia	1.1.2 (b)	-	48.605
		-	48.605
Total do passivo		8	342.211
Patrimônio líquido			
Capital social	15	27.000	47.000
Prejuízos acumulados		(2.738)	(15.110)
Total do patrimônio líquido		24.622	31.890
Total do passivo e patrimônio líquido		24.630	374.101

ARN Comercializadora de Energia Ltda.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio Líquido
Em 1º de janeiro de 2024		12.000	9.868	21.868
Prejuízo do exercício		-	(24.978)	(24.978)
Total do resultado abrangente do exercício		-	(24.978)	(24.978)
Demais mutações patrimoniais do exercício				
Aumento de capital		35.000	-	35.000
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		35.000	-	35.000
Em 31 de dezembro de 2024		47.000	(15.110)	31.890
Lucro líquido do exercício		-	12.732	12.732
Total do resultado abrangente do exercício		-	12.732	12.732
Demais mutações patrimoniais do exercício				
Redução de capital	1.1.1 (a)	(20.000)	-	(20.000)
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		(20.000)	-	(20.000)
Em 31 de dezembro de 2025		27.000	(2.378)	24.622

1 Considerações gerais

A ARN Comercializadora de Energia Ltda. ("Empresa"), de capital fechado, foi constituída em 03 de setembro de 2021, situada da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Tem como objeto social a atividade de comercialização de energia elétrica, incluindo a comercialização varejista, compreendendo a compra, a importação, a exportação e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor ou a outros agentes permitidos pela legislação.

A Empresa é controlada diretamente pela Auren Participações S.A., e indiretamente pela Auren Energia S.A. Em 7 de julho de 2022, por meio do despacho nº 1.824 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Empresa foi autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Empresa transferiu integralmente seus contratos de compra e venda de energia para a Auren Comercializadora de Energia Ltda, conforme destacado na nota explicativa 1.1.2 (b). Após tais operações, manteve saldo de caixa relevante e permanece ativa, avaliando oportunidades e novos posicionamentos no mercado. A Administração entende que a Empresa apresenta adequada saúde financeira e plena capacidade de honrar seus compromissos.

As atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL")."

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

1.1.1 Principais eventos societários

(a) Movimentação de capital

Em 31 de Julho 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado a redução de capital social no montante de R\$ 20.000 (dividido em 20.000.000 quotas), passando o capital social de R\$ 47.000 (dividido em 47.000.000 quotas) para R\$ 27.000 (dividido em 27.000.000 quotas).

1.1.2 Principais eventos operacionais

(a) Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado.

A seguir, destacam se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações da Empresa na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao *curtailment* (cortes de geração) de geração eólica:

Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos (indisponibilidade externa e confiabilidade) ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, considerando compensação integral dos cortes por restrições elétricas de indisponibilidade externa e a compensação com algumas restrições para confiabilidade e sobreoferta desde que a geração não possa ser alocada na carga, condicionada à definição de critérios e regulamentação do tema ao longo de 2026.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regras de autoprodução e equiparação:

A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico).

A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados, respeitadas as condições de transição impostas na própria Lei como prazo para finalização de estruturas societárias.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:

A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

A Empresa continuará monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgarão informações adicionais quando houver impacto relevante sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

(b) Cessão de contratos futuros de energia

Com a conclusão da combinação de negócios entre a Empresa e a Auren, foi realizada uma reestruturação em seu segmento de Comercialização, com o objetivo de consolidar, na Auren Comercializadora Ltda, controlada direta da Auren, os contratos de compra e venda de energia com terceiros.

Neste contexto, ocorreu a transferência da totalidade dos contratos de compra e venda de energia futura com terceiros detidos pela ARN Comercializadora, referentes aos ativos de geração para a Auren Comercializadora Ltda.

A movimentação da cessão de contratos se deu conforme abaixo:

	2025
Saldo líquido no início do exercício	(14.975)
Cessão de Contratos – Auren Comercializadora	14.975
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	14.975
Saldo líquido no final do exercício	-

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2025, o que inclui os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting*

Standards Board (“IASB”)), (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS”) incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 29 de abril de 2026.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, exceto no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Algumas notas explicativas presentes nestas demonstrações contábeis sofreram alterações de apresentação para garantir e assegurar a comparabilidade e transparência das informações financeiras, considerando todas as mudanças estruturais decorrentes do processo de harmonização das práticas contábeis adotadas pela Empresa.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Empresa é o Real (“R\$”).

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias adotadas pela Empresa

A Empresa e suas controladoras analisaram as emendas às normas, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não identificou impactos relevantes na preparação das demonstrações financeiras do período corrente e futuros.

(b) Novas normas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias ainda não vigentes

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Empresa. A Empresa está em processo de avaliação dos requerimentos e dos potenciais impactos decorrentes da adoção das novas normas e alterações listadas a seguir, cuja vigência se dará nos próximos períodos anuais:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos referenciados à eletricidade dependente da natureza	Permite que empresas apliquem a exceção do “ <i>own use</i> ” para certos PPAs (energia renovável). Além disso, flexibiliza “ <i>hedge accounting</i> ” para certos PPAs que não atendam a exceção de “ <i>own use</i> ”.	1º de janeiro de 2026
Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo <i>International Sustainability Standard Board</i> (“ISSB”) – IFRS 1 e IFRS 2	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade.	1º de janeiro de 2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.	1º de janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	1º de janeiro de 2027

Reforma tributária:

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS.

A partir de 2026, inicia-se o período de transição para o novo modelo tributário, sendo este exercício considerado como ano de transição (ano teste), conforme previsto nas regulamentações vigentes. Importante destacar que, durante esse período, não haverá efeitos imediatos sobre as bases de apuração de tributos nem sobre as demonstrações financeiras da Empresa, uma vez que será utilizado exclusivamente para fins de simulação e adaptação aos novos modelos de escrituração e apuração.

A Empresa tem acompanhado de forma contínua os desdobramentos da regulamentação com o objetivo de avaliar os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre sua estrutura societária, operações e eventuais mudanças que possam afetar a atividade empresarial a partir de sua implementação.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
14	Imposto de renda e contribuição social diferidos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo. A Empresa segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

O reconhecimento contábil da receita é resultante da estimativa dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Empresa (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia da Empresa são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (“SIN”).

Operações de trading: representados por venda de energia, no ambiente de contratação livre, decorrente da compra de energia a mercado.

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	Nota	2025	2024
Receita bruta			
Venda de energia			
Partes relacionadas	13	598	494.222
Operações de trading		56.762	492.481
Energia de curto prazo – CCEE		2.827	174
		<u>60.187</u>	<u>986.877</u>
Deduções sobre a receita bruta			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(9.954)	(92.741)
ICMS sobre receitas operacionais		(1.200)	(2.324)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(446)	(539)
		<u>(11.600)</u>	<u>(95.604)</u>
Receita líquida		<u>48.587</u>	<u>891.273</u>

6 Custos e despesas**(a) Composição**

					2025	2024
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Total	Total
Energia comprada	(37.473)	-	-	-	(37.473)	(907.353)
Encargos de uso da rede elétrica						(48)
Serviços	-	(1)	(61)	-	(62)	(1.702)
Serviços de terceiros	-	(1)	(61)	-	(62)	(1.702)
Demais (despesas) receitas	-	-	-	14.975	14.975	(26.993)
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	-	-	-	14.975	14.975	(26.992)
Outras (despesas) receitas líquidas	-	-	-	-	-	(1)
	(37.473)	(1)	(61)	14.975	(22.560)	(936.096)

7 Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre equivalentes de caixa e aplicações financeiras	3.409	1.705
Juros sobre ativos financeiros	59	34
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro	(166)	(94)
Outras receitas financeiras	105	274
	3.407	1.919
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(34)	(32)
	(34)	(32)
	3.373	1.887

8 Caixa e equivalentes de caixa**Política contábil**

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, os equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração média de 99,44% do CDI (90,00% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

	2025	2024
Caixa		
Caixa e bancos	101	14.239
	101	14.239
Equivalentes de caixa		
Quotas de fundos de investimentos (i)	6.561	-
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs e Operações Compromissadas	55	-
	6.616	-
Caixa e equivalentes de caixa	6.717	14.239

(i) As quotas de fundo de investimento referem-se, exclusivamente, ao Fundo Odessa Auren. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

9 Aplicações financeiras

Política contábil

As aplicações financeiras, em sua maioria, apresentam liquidez imediata, sendo classificadas no ativo circulante. Contudo, são reconhecidas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes caixa e/ou quando são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, os equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração média de 99,72% do CDI

	2025	2024
Aplicações financeiras		
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs - Fundo Odessa Auren	1.429	-
	1.429	-

(a) Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e aplicações financeiras:

	2025	2024	<i>Rating local</i>
AAA	8.146	14.239	
	8.146	14.239	

Os *ratings* decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de *rating* (Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

10 Tributos a recuperar

	2025	2024
COFINS	11.405	4.630
PIS	2.484	1.005
IRPJ e CSLL a Compensar	1.615	1.243
IRRF S/Serviços Prestados	262	-
	15.766	6.878

11 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Empresa. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Vendas da Empresa analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pela Empresa, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

(a) Composição

	2025	2024
Partes relacionadas (Nota 13)	-	37.233
Energia de curto prazo - CCEE	-	59.319
	<u>-</u>	<u>96.552</u>

(b) Vencimentos de contas a receber

	2025	2024
A vencer	-	96.552
	<u>-</u>	<u>96.552</u>

12 Fornecedores

Circulante	2025	2024
Energia comprada para revenda	-	73.558
Energia comprada para revenda - Partes relacionadas (Nota 13)	-	9.433
Fornecedores de materiais e serviços	-	54
	<u>-</u>	<u>83.045</u>

13 Partes relacionadas**Política contábil**

Com o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Empresa possui uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

A Empresa não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora Auren.

(a) Composição

	Ativo		Passivo		Vendas (Nota 5)		Compras	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes (Nota 11)								
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	898	-	-	2.997	898	-	-
Esfera Comercializadora de Energia Ltda	-	2.365	-	-	(2.365)	2.365	-	-
Auren Operações S.A.	-	33.970	-	-	(34)	490.959	-	-
	-	37.233	-	-	598	494.222	-	-
Fornecedores – compras (Nota 12)								
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	247	-	-	(54.574)	(247)
Esfera Comercializadora de Energia Ltda	-	-	-	539	-	-	539	(538)
Auren Operações S.A.	-	-	-	8.647	-	-	586	329.999
	-	-	-	9.433	-	-	(53.449)	(330.784)
	<u>-</u>	<u>37.233</u>	<u>-</u>	<u>9.433</u>	<u>598</u>	<u>494.222</u>	<u>(53.449)</u>	<u>(330.784)</u>

14 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido como despesa de imposto de renda e contribuição social o montante de R\$ 16.668 (R\$ 17.958 em 31 de dezembro de 2024).

	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	29.400	(42.936)
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(9.996)	14.598
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Incentivo fiscal	24	
Outras adições permanentes, líquidas	(6.696)	3.360
IRPJ e CSLL apurados	(16.668)	17.958
Correntes	(3.409)	-
Diferidos	(13.259)	17.958
IRPJ e CSLL no resultado	(16.668)	17.958

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, quando existe expectativa de realização futura.

15 Patrimônio líquido

(a) Capital social

É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social integralizado da Empresa é de R\$ 27.000, composto por 27.000.000 quotas e sem valor nominal.

(b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Empresa apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Empresa.

(c) Distribuição de lucros

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	12.732	(24.978)
Absorção de prejuízos acumulados	(15.110)	-
	(2.378)	(24.978)
Prejuízo do exercício	(2.378)	(24.978)
(=) Saldo de prejuízos acumulados	(2.378)	(24.978)

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Empresa apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

16 Instrumentos financeiros e gestão de risco

16.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Empresa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Empresa classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	2025	2024
Ativos			
Ao custo amortizado			
Contas a receber de clientes (Nota 11)		-	59.319
Partes relacionadas (Nota 13)		-	37.233
			96.552
Ao valor justo por meio do resultado			
Equivalentes de caixa (i) (Nota 8)	2	6.616	-
Aplicações financeiras (i) (Nota 9)	1	1.429	-
Contratos futuros de energia (Nota 1.1.2 (b))	1	-	242.455
		8.045	242.455
		8.045	339.007
Passivos			
Ao custo amortizado			
Fornecedores (Nota 12)		-	73.612
Partes relacionadas (Nota 13)		-	9.433
		-	83.045
Ao valor justo por meio do resultado			
Contratos futuros de energia (Nota 1.1.2 (b))	1	-	257.430
		-	340.475

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

A Empresa divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 – Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

16.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco em renováveis não-hídricas e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Empresa, seguem a Política de Gestão de Riscos da controladora indireta Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Empresa tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das

seguintes agências de *rating*: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pela Diretoria. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 10. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Empresa no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às Empresas *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

(c) Risco regulatório

As atividades da Empresa são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

A Empresa está sujeita a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam à remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Empresa realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Empresa considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Empresa, incluindo eventuais operações sujeitas à variação das taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Empresa decorre de contratos operacionais. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Empresa ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Empresa os quais são permanentemente monitorados.

16.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa e aplicações é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2025 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2026;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Impactos no resultado				
				Cenário I			Cenários II & III	
				Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros CDI 14,90%	Equivalentes de caixa e aplicações financeiras	8.045	-72,92 bps*	(59)	(300)	(599)	300	599

* bps - basis point